

Miséria recua, mas ainda atinge 43 milhões

Estudo da FGV mostra que 22,8% dos brasileiros estão abaixo da linha de pobreza, contra 26,7% verificados em 2002

Apesar disso, receita da queda da miséria e da desigualdade verificada nos últimos anos não é sustentável, diz entidade

JANAINA LAGE
DA SUCURSAL DO RIO

A proporção de pessoas que viviam abaixo da linha de pobreza caiu para 22,77% em 2005, segundo dados do Centro de Políticas Sociais da FGV (Fundação Getúlio Vargas). Em 2002, essa participação era de 26,72%. Apesar da melhora, o país ainda tem 42,6 milhões de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza, fixada em R\$ 121 de renda per capita. Segundo Marcelo Neri, economista da FGV, a receita da queda da miséria e da desigualdade verificada nos últimos anos não é sustentável.

A miséria caiu 14,8% no governo Lula, um resultado inferior ao verificado na primeira gestão de Fernando Henrique Cardoso, quando a queda chegou a 23,02%. A análise do ritmo de queda anual, no entanto, revela um patamar similar. No mandato de Lula, a miséria caiu 5,2% ao ano, contra recuo de 5,1% no período de 1993 a 1998.

Para o economista, a combinação de programas de transferência de renda com aumento do salário mínimo não é uma

receita eficaz. "Não é uma trajetória sustentável, estamos aumentando os gastos fiscais, e a carga tributária é bastante alta para um país como o Brasil. A sociedade não aguenta mais imposto, que pressiona juros e trava o crescimento", disse.

Na avaliação de Neri, o aumento do mínimo é um instrumento de custo elevado no combate à pobreza e não atinge as pessoas mais pobres. Em 2005, os 50% mais pobres recebiam R\$ 123,47. O caminho para uma trajetória consistente de redução das diferenças entre os mais ricos e os mais pobres deveria passar por um aperfeiçoamento do Bolsa-Família, na avaliação do economista. "A cada R\$ 1 gasto com o programa, você reduz duas vezes e meia mais do que o mesmo valor gasto com o aumento do mínimo."

A expansão do programa de transferência de renda não deveria ocorrer por meio de um aumento do número de beneficiados, e sim por uma melhora na qualidade dos cadastros para que os contemplados fossem realmente os mais pobres da população, segundo Neri. O economista considera o período de 2003 a 2005 como um segundo Plano Real, com aumento do emprego formal, redução da pobreza e da desigualdade. A melhora dos indicadores foi proporcionada pela combinação de inflação menor para os

mais pobres, expansão do Bolsa-Família e alta do mínimo.

Neste período a miséria caiu 19,18% contra uma redução de 18,47% entre 1993 e 1995. A comparação entre os governos de Lula e Fernando Henrique mostra que o primeiro teve uma atuação mais voltada para os mais pobres, e o segundo, uma política benéfica para o conjunto da população.

"FHC fez políticas mais horizontais, que afetaram todos os brasileiros. No final do governo criou programas de transferência que foram aprofundados no governo Lula, que se preocupou mais com os mais pobres. A grande vitória deste governo foi a continuidade da política econômica e social", disse.

As diferenças na apropriação da renda ainda são drásticas. Em 2005, os 50% mais pobres respondiam por 14,1% da renda no país. Já os 10% mais ricos representavam 45,1% da renda.

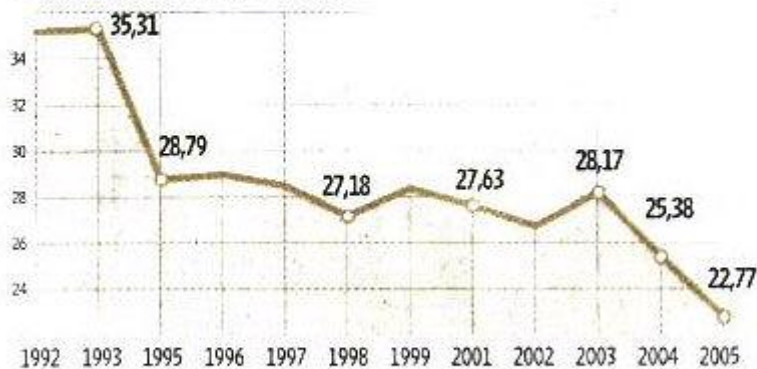
Os dados da FGV mostram ainda que a miséria nas metrópoles voltou a retroceder. Em 2005, ela recuou para 16,22%, mas ainda é maior do que em 1995, quando atingia 15,07% da população. "Pode ser um indicio de fim da crise das cidades", avalia o economista. A miséria rural manteve a trajetória de queda, mas ainda atinge 45,74% no campo.

➔ **LEIA MAIS B12**

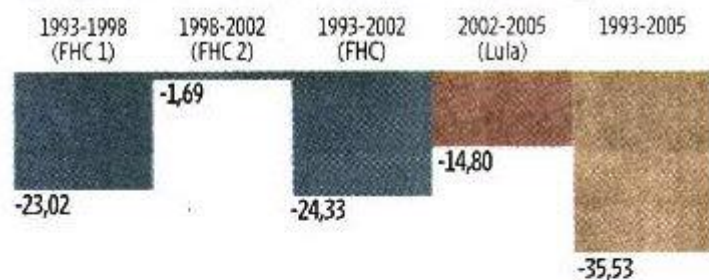
MENOS POBREZA

País tem 42,6 milhões de miseráveis

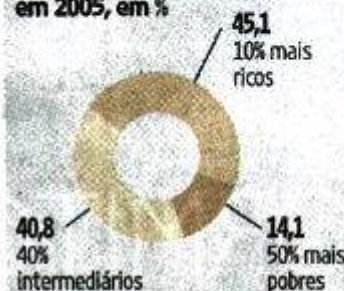
Miseráveis na população, em %



Variação acumulada da miséria por período de governo, em %



Participação na renda total em 2005, em %



Valor da renda, em R\$



Obs: Em 1994 e 2000 não houve Psad e por isso não há dados para esses anos. Fonte: CPS/FGV

Mínimo ajuda os mais pobres, diz pesquisadora

DA SUCURSAL DO RIO

A análise do papel do salário mínimo no combate à pobreza é tema polêmico entre os economistas.

Na avaliação da pesquisadora da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) Lena Lavinas, a alta do mínimo atinge os brasileiros que ganham menos por meio da indexação de salários informais. Para ela, a consequência do abandono do mínimo seria a perda do poder de barganha dos trabalhadores mais pobres, em especial as mulheres.

Já Sonia Rocha, especialista em combate à pobreza, avalia que a política de alta do mínimo pode ter consequências negativas. Ela destaca o custo fiscal e também a eventual pressão por trabalhadores mais qualificados em cenário de maior crescimento econômico, o que pode resultar em maior diferença de salários com prêmio para os mais qualificados.

Ensino débil explica desigualdade do país, dizem economistas

Em debate na Folha, Paes de Barros e Pochmann defendem abordagens diferentes para reduzir abismo entre ricos e pobres

Ensino débil explica desigualdade do país, dizem economistas

Em debate na Folha, Paes de Barros e Pochmann defendem abordagens diferentes para reduzir abismo entre ricos e pobres

O primeiro acha que se deve direcionar mais recursos ao ensino, enquanto o segundo diz que antes é preciso maior crescimento do PIB

DA REDAÇÃO

A debilidade do ensino no Brasil está na origem da desigualdade social do país, concordaram os economistas Márcio Pochmann (Unicamp) e Ricardo Paes de Barros (Ipea) em debate promovido anteontem pela **Folha** com mediação do jornalista Gilberto Dimenstein. Os dois porém discordam sobre as soluções ao problema.

"A educação explica grande parte da imensa desigualdade que reina no Brasil", avalia Paes de Barros. A diferença de condições de vida entre profissionais especializados e analfabetos "é gigantesca", diz ele.

"Para fazer reduzir as desigualdades pela educação, o país precisa incluir 10 milhões de jovens, contratar 1 milhão de professores e construir cem mil escolas", diz Pochmann.

Mas, ao apontar soluções, os dois divergem. Para Paes de Barros, a educação é a chave mestra para transformar o Brasil em um país mais justo. "Temos de reduzir a disparidade de educação. Assim, o diferencial de salário vai cair."

Para Pochmann, os investi-

mentos em educação são necessários e urgentes, mas não podem ser a base para a solução das disparidades de renda. "O apelo à educação é fantástico, mas isso é retórica no Brasil. Por que não se está fazendo escolas, postos de saúde, hospitais? Porque não temos dinheiro. Precisamos crescer para aumentar a renda."

Desigualdade salarial

Comparando a desigualdade de remuneração do trabalho no Brasil e nos EUA, Paes de Barros argumenta que o desnível de educação dos indivíduos impacta muito mais nas diferenças salariais do mercado de trabalho brasileiro do que no americano. "Quando se compara as desigualdades por raça, gênero, entre a agricultura e a indústria, entre o norte e o sul, a desigualdade brasileira não é muito diferente da americana. É alta tanto aqui quanto nos EUA."

Segundo ele, os dois países têm situações diferentes quando calculada a diferença salarial entre trabalhadores de nível educacional diferente. Lá, o desnível entre salários de profissionais mais educados e dos que têm menor escolaridade é bem menor que no Brasil. "Aqui, a diferença explica 93% das disparidades salariais. O

que faz a desigualdade de remunerações no Brasil ser maior é nossa maior desigualdade educacional."

A desigualdade de renda no país é maior porque "somos educacionalmente muito mais desiguais", afirma. "A nossa força de trabalho tem 12% de pessoas com universidade completa e 12% de analfabetos. Nos EUA não há isso. Além disso, o valor que o mercado dá à educação é muito maior no Brasil que nos EUA."

Isso é resultado da "escassez educacional" do país, explica. Além disso, argumenta, como temos pouca educação, ela é muito valorizada. "Porque existe uma escassez de pessoas qualificadas, o salário das pessoas qualificadas fica lá em cima", diz Paes de Barros.

Ele defende que a redução da

desigualdade social no Brasil passa pela redução do diferencial entre as remunerações das pessoas com muita educação e as das que têm pouca. "Isso quer dizer que o salário relativo dos médicos e professores vai cair? Têm de cair", afirma, negando em seguida que a idéia propicie a "desvalorização" de profissionais especializados. "Para que a sociedade tenha acesso ao conhecimento, o preço do conhecimento precisa cair", explica.

Além disso, Paes de Barros defende contenção dos aumentos de salário mínimo e ajustes na Previdência e a flexibilização das leis do trabalho. "No combate à desigualdade, emprego é mais importante que salário. Estamos interessados em direitos que reduzam a pobreza e a desigualdade. Prefiro poder negociar uma queda de salário, com sindicato presente, para preservar empregos."

Na sua análise, o Brasil deve ajudar os idosos, mas está direcionando muito mais recursos para o setor que para os jovens, perpetuando assim a discrepância social. "Se tivéssemos aumentado o salário mínimo menos e tivéssemos aumentado mais o benefício do salário-família, esse dinheiro chegaria mais às crianças e menos aos idosos, e teríamos uma sociedade menos desigual."

Inclusão custosa

Já Pochmann calcula que um amplo processo de inclusão social, com metas de melhora até 2020, custaria ao país R\$ 7,2 trilhões, o equivalente a mais de três PIBs brasileiros. Para ele, o país precisa de amplos investimentos em setores como saúde e educação, mas isso não é possível sem crescimento.

Para exemplificar o custo da inclusão pela educação, Pochmann comparou o Brasil com outros países. O Chile, disse, tem 85% dos jovens de 15 a 17 anos matriculados no ensino médio. No Brasil, eles são apenas 35%.

No ensino superior, apenas 8% dos jovens entre 18 e 24 anos estão matriculados. Na Espanha, o índice é de 42%. "Mas não temos 50 mil salas de aula para por esses jovens. Não temos 500 mil professores para ensinar essas crianças." O economista estima que o processo de inclusão dos jovens que estão fora do ensino para que o Brasil se equiparasse aos níveis chilenos e espanhóis custaria R\$ 1,7 trilhão. "Não há como incluir essa gente porque não há recursos para isso."

» NA INTERNET - Confira o vídeo do evento na Folha Online
www.folha.com.br/062652

[+] perfil 1

Pesquisador estuda causas da pobreza

DA REDAÇÃO

Ricardo Paes de Barros, coordenador de avaliação de políticas públicas do Ipea e professor-assistente da PUC-RJ, tem se dedicado a pesquisar as causas da pobreza brasileira. Busca avaliar o impacto entre os pobres dos programas de transferência de renda.

Engenheiro eletrônico, fez doutorado em economia pela Universidade de Chicago em 87, pós-doutorado na mesma instituição (88) e na Yale (89).

Em 2000, disse que, "se os recursos usados nas políticas sociais do Brasil fossem jogados de helicóptero, os pobres teriam mais chances de recebê-los do que da maneira como são aplicados". Paes de Barros comentava que o maior problema das políticas sociais era não beneficiar quem mais precisa.



Relação entre crescimento da economia e a desigualdade social gera divergência

DA REDAÇÃO

Márcio Pochmann e Ricardo Paes de Barros divergem em relação aos resultados do combate à desigualdade e na forma de analisar o problema no Brasil.

A forma como se analisa o tema está equivocada, diz Pochmann: a renda do indivíduo depende do crescimento da renda nacional (medida pelo PIB) e da distribuição funcional da renda, ou seja, quanto fica com os trabalhadores. Para Paes de Barros, mesmo sem crescimento, o país pode promover redução das desigualdades.

"Estamos aqui discutindo a desigualdade pessoal de algo que representa pouco mais de um terço da renda nacional", diz Pochmann. Segundo ele, em 1960, a renda do trabalho —de empresários, autônomos e assalariados— representava 50,5% do PIB. Em 1980, o índice caiu para 50%. Em 2000, essa fatia tinha diminuído para 37,1% da renda nacional.

"A Pnad [Pesquisa Nacional

por Amostra de Domicílios do IBGE] está concentrada na renda do trabalho. Não consegue medir de forma precisa outras formas de renda, como a do aluguel, dos juros, do capital e da terra", diz Pochmann. Se considerados esses fatores, argumenta, 78% da riqueza nacional está nas mãos de 10% da população. Para ele, a Pnad não é capaz de avaliar a renda dos ricos. "A renda média dos 10% do extrato superior é de R\$ 3.600. Ou seja, é a renda da classe média assalariada." Segundo ele, os ricos não aparecem nessas estatísticas.

"Não dá para dizer que a desigualdade aumentou ou diminuiu no Brasil olhando uma parte pequena da renda, sem considerar outras formas de renda no Brasil", critica Pochmann.

Para demonstrar que sem crescimento o país não conseguirá reduzir as desigualdades, ele fez duas projeções. Na primeira, supôs que em 2000 a

renda do trabalho ainda representasse 50% da renda nacional, como em 1980. Mantida a desigualdade até hoje, a renda média dos 40% mais pobres se-

ria de R\$ 272, acima dos R\$ 221 registrados em 2005. "Ou seja, inalterada a desigualdade no Brasil, mas sem modificar a distribuição funcional da renda, os trabalhadores teriam renda maior."

Mas, diz Pochmann, se o país tivesse crescido 7% ao ano como cresceu de 1960 a 1980 e se a participação da renda do trabalho fosse mantida no PIB, mesmo que o nível de desigualdade não se alterasse, a renda dos 40% mais pobres seria de R\$ 1.045. "Sem crescimento econômico, você iguala a pobreza. Se não houver expansão da produção, se não for possível aumentar a participação dos salários na renda nacional, a redução da desigualdade que se pode obter não tem relevância. A estabilidade monetária é importante, mas insuficiente para construir um país."



[+] perfil 2

Economista é especialista em trabalho

DA REDAÇÃO

Marcio Pochmann, pesquisador da Unicamp especialista em emprego e salários, graduou-se em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1984. Em 1993, obteve doutorado em ciência econômica pela Unicamp.

Na Prefeitura de São Paulo, foi secretário municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, no governo de Marta Suplicy (2001-2004).

Em 2004, publicou o livro "O Desafio da Inclusão Social no Brasil" (editora Publisher Brasil), que apresenta as causas da exclusão e analisa as políticas públicas. Pochmann também é autor de obras como "Relações de Trabalho e Padrões de Organização Sindical no Brasil" (ed. LTR, 2003).

Paes de Barros

Já Paes de Barros concorda com a necessidade de crescimento, mas entende que, mesmo com baixo índice de expansão, é possível reduzir a desigualdade social no país. "Mesmo que o Brasil não tenha crescimento, reduções na desigualdade são possíveis e importantes. Isso vai melhorar a renda dos mais pobres e reduzir a dos ricos. É uma situação melhor do que não melhorar a renda de ninguém."

Ele avalia que entre 2001 e 2005 o país avançou, e muito, na redução das desigualdades, apesar dos baixos índices de crescimento econômico. "O Brasil, no últimos quatro anos conseguiu reduzir a desigualdade, medida pelo coeficiente Gini [indicador que mede a concentração de renda de um país], em 1,2% ao ano. Ou seja, conseguimos reduzi-las em mais de um ponto percentual por ano", defende Paes de Barros. "Os países que mais vêm conseguindo reduzir a pobreza no mundo vêm conseguindo reduzi-la em um ponto percentual ao ano", afirma.



Para reduzir as desigualdades, o Brasil tem de reduzir o diferencial de salário entre quem tem muita educação e quem tem pouca educação

A desigualdade entre os trabalhadores brasileiros é uma das mais altas do mundo

A velocidade com que a extrema pobreza vem caindo é três vezes maior que aquela com a qual a gente vem reduzindo o analfabetismo

RICARDO PAES DE BARROS
pesquisador do Ipea



Se vamos discutir a desigualdade sobre a base da renda, precisamos ter conosco que estamos discutindo uma renda decrescente em termos relativos ao mundo. Estamos discutindo o empobrecimento do país

Com um país que não cresce e que reduz a participação do trabalho na renda, a redução da desigualdade que estamos tendo é pífia

MÁRCIO POCHMANN
economista da Unicamp

FOLHA DE S. PAULO

Fotos Fernando Donasci/Folha Imagem

Pochmann (à
esq.),
Dimenstein e
Paes de Barros
debatem a
desigualdade no
auditório da
Folha

